

EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO GOVERNO LULA: TENDÊNCIAS E CONTRADIÇÕES

EXPANSION OF HIGHER EDUCATION IN THE GOVERNMENT LULA: TRENDS AND CONTRADICTIONS

Raí Vieira Soares ¹

Resumo: O cenário contemporâneo é caracterizado por um processo de mercantilização da educação superior, marcada pela expansão da educação privada e à distância e pela precarização da educação pública. A venda de “serviços educacionais” está inserida em um quadro mais amplo e profundo de crise capitalista que tem rebatimentos na realidade brasileira. Nesse sentido, o presente artigo discorre sobre as tendências e contradições da educação superior no Governo Lula. A partir de pesquisa documental e bibliográfica, apresentamos uma breve caracterização bem como as principais medidas e intervenções no campo da educação superior nesse período, a fim de trazer subsídios para analisar e construir estratégias coletivas de defesa da universidade pública, pois na atualidade o ensino superior vem sofrendo ataques seja redução do financiamento público bem como no questionamento à autonomia do pensamento crítico.

Palavras-chave: Política Educacional. Ensino Superior. Governo Lula.

Abstract: The contemporary scenario is characterized by a process of commercialization of higher education, marked by the expansion of private and distance education and the precariousness of education to public. The sale of “educational services” is part of a broader and deeper picture of the capitalist crisis that has repercussions on the Brazilian reality. In this sense, this article discusses the trends and contradictions of higher education in the Lula government. From documental and bibliographic research, we present a brief characterization as well as the main measures and interventions in the field of higher education in this period, in order to bring subsidies to analyze and build collective strategies for the defense of the public university, as currently higher education it has been under attack whether it is a reduction in public funding as well as in questioning the autonomy of critical thinking.

Keywords: Educational politics. University education. Lula government.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo apontar e problematizar as tendências e as contradições da política educacional, em particular o ensino superior no governo Luís Inácio Lula da Silva e sua continuidade no governo Dilma Rousseff. Tal exposição é importante para analisarmos as configurações e os desafios postos na contemporaneidade, sobretudo, no que tange aos ataques à universidade e à educação superior públicas.

Destacamos, a partir de Lima (2012), que o processo de expansão da educação superior ocorreu desde o governo FHC, mas consideramos que esta expansão ganhou centralidade na agenda política dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), sobretudo, no governo Lula, assumindo particularidades e contradições em torno do projeto chamado “neodesenvolvimentista”. Porém, no Governo FHC essa expansão foi exclusivamente via setor privado, nenhuma universidade federal foi criada neste período, já no Governo Lula houve expansão das universidades federais públicas, embora a continuidade da hegemonia da iniciativa privada. Sendo assim, consideramos ser pertinente caracterizar brevemente este governo, bem como as medidas tomadas por ele no que tange à educação superior.

Problematizando o Governo Lula

Inicialmente, é importante sinalizar para a dificuldade de caracterizar o governo Lula. Talvez, por esta razão, Sader (2009) o chame de “o enigma Lula”, tendo em vista as contradições que atravessaram seu governo, bem como a peculiaridade da política brasileira distinguida pela “cultura do favor”, os acordos e alianças políticas e as figuras dos clãs políticos familiares¹, articulada à inserção periférica e dependente da nossa economia na economia mundial.

Sader (2009) afirma que a eleição de Lula é resultante do processo de acumulação de forças políticas de resistência à ditadura civil-militar e ao projeto neoliberal na década de 1990. Podemos também acrescentar, a partir das reflexões de Braz (2004), que a eleição de Lula possui um significado não somente simbólico na história do Brasil (por representar a vitória de um representante dos trabalhadores, líder de uma organização sindical operária), mas acima de tudo um significado político.

Ela só foi possível a partir de um nível ampliado de articulação política que envolveu os mais distintos estratos da classe trabalhadora em torno de um projeto. Se este projeto sempre esteve longe de propor uma transição revolucionária ao socialismo, tampouco expressava em sua gênese uma reprodução acrílica ou uma mera conservação dos mecanismos políticos e econômicos que dão sustentação ao capitalismo no Brasil (BRAZ, 2004, p. 49-50).

Não é à toa, que após sua eleição, este governo apresentou ambiguidades e várias contradições, sendo alvo de críticas, tanto dos partidos da direita, quanto dos de esquerda. As críticas oriundas da direita expressavam a defesa do Estado mínimo, das privatizações, a ausência de intervenção estatal no mercado de trabalho via desregulamentação e desproteção social. Já as críticas realizadas pela esquerda destacavam: a não ruptura com o capital financeiro; a aliança com o grande capital de exportação, com destaque para o setor de agronegócio; e o distanciamento da consideração dos Estados Unidos como o principal representante do imperialismo mundial. Referidas críticas se relacionavam, em grande medida, à manutenção das altas taxas de juros, ao não incentivo à agricultura familiar e ao reduzido avanço da reforma agrária (SADER, 2009).

Todavia, Sader (2009) chama a atenção para o sentido das críticas direcionadas ao governo Lula. Para ele, é preciso elencar alguns elementos da trajetória sócio-histórica da esquerda brasileira antes de estabelecer a crítica à chegada de Lula à presidência do Brasil. Na realidade, três momentos históricos marcaram a esquerda brasileira. O primeiro foi do segundo pós-guerra à instauração do golpe civil-militar, sendo caracterizado pelo processo de industrialização, impulsionado pelo

¹ Sobre este assunto, indicamos a leitura do artigo de Nobre (2017) intitulado de “Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo” publicado na Revista Katálysis.

capital estrangeiro e o crescimento do mercado interno de consumo, sob a hegemonia do projeto nacionalista e popular. Entre as principais estratégias da esquerda neste momento histórico estiveram presentes a defesa do desenvolvimento econômico vinculado à soberania nacional e a reivindicação da democratização das relações sociais no campo.

O segundo período se iniciou com o golpe de 1964, distinguido por um processo de grandes ataques às organizações populares e dos trabalhadores, enfraquecedores da esquerda brasileira. O curto momento de reorganização da esquerda teve como pautas centrais: a resistência à ditadura e ao seu projeto de modernização conservadora articulado ao capital internacional e a defesa das liberdades democráticas. E, por fim, o terceiro período histórico da esquerda teve destaque na década de 1980, a partir do esgotamento do projeto do regime militar. A realização da Assembleia Nacional Constituinte de 1988, a fundação do PT, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram marcos deste período. Nele, o PT se destacou como uma das principais expressões da esquerda brasileira. Em síntese,

[...] o PT surgiu na cena política, no início da década de 1980, quando a ditadura civil-militar entrava em fase de declínio e em meio à retomada da contestação política da sociedade. Nesse contexto, o PT canalizou, na formação de suas bases, segmentos operários do setor moderno da economia situado no ABC paulista, movimentos de bairro que se organizaram desde fins da década de 1970 e movimentos do campo na luta pela terra, com forte influência da Igreja Católica em sua versão da Teologia da Libertação. Completavam esse quadro amplos setores do funcionalismo público, do movimento estudantil e do movimento sindical urbano, além de intelectuais e segmentos de novos movimentos sociais, como o feminista (MOREIRA; NOBRE, 2016, p. 523).

Segundo Iasi (2012), as formulações originárias do PT foram protagonizadas por sujeitos coletivos, integrantes do operariado industrial, organizados em favor da luta contra a reprodução do capital e a exploração da classe trabalhadora, da qual faziam parte. Foi a experiência histórico-concreta de superação das pautas mais imediatistas para lutas mais gerais, de lutas sindicais para lutas políticas, que o fizeram se constituir como um partido classista, anticapitalista e de perspectiva socialista. Desse modo, a gênese deste partido expressava a “consciência da negação”, caracterizada pela possibilidade de romper com o capitalismo e construir o novo, desnaturalizando e historicizando a realidade social. Entretanto, na sua trajetória, as resoluções e formulações políticas do PT acabaram demonstrando um processo de adaptação à ordem social estabelecida, e suas relações sociais dominantes, pautando lutas limitadas a essa estrutura social e política.

É importante destacar que o PT já surge como uma organização política difusa formada por diversos sujeitos, tendências e perspectivas teórico-políticas, composta por sindicalistas, pastorais sociais, Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), movimento estudantil, intelectuais e movimentos sociais populares. Assim, o PT já surge reformista, porém com setores revolucionários. Sader (2009) destaca que na plataforma política do PT não havia nenhuma proposição sobre regime econômico, crise fiscal do Estado e modelo político de uma nova democracia. Com efeito, as propostas reais e concretas deste partido não possuíam relação alguma com o socialismo, mas sim representavam uma “democratização social com moralização da política”, uma vez que reivindicava a justiça social e a ética na política, expressas já nas eleições de 1989. Por isso, a esquerda não conseguiu visualizar o movimento de consolidação do neoliberalismo na década de 1990, a partir vitória de FHC nas eleições de 1994.

O consenso neoliberal consolidou-se amplamente no país, ancorado nas aceleradas transformações que o novo governo implantou: abertura violenta da economia, privatização concentrada de empresas estatais, retirada do Estado da economia, retração de suas funções sociais, desregulamentação, promoção do mercado como eixo central

das relações econômicas, criminalização dos movimentos sociais, desqualificação dos funcionários públicos e precarização das relações de trabalho (SADER, 2009, p. 76).

Neste período de avanço do neoliberalismo no Brasil ocorreu o processo de transformismo do PT, a partir de um movimento de adequação político-ideológica da sua plataforma, principalmente pelas perdas nas eleições presidenciais de 1989 e 1994. Um exemplo deste transformismo foi sua mudança de posição a respeito da dívida externa: inicialmente, sua posição era a do não pagamento desta, posteriormente passou para a reivindicação da auditoria sobre a dívida e, por último, culminou no compromisso assumido com o seu pagamento, divulgado na “Carta aos Brasileiros”, de 2002, publicada antes das eleições (SADER, 2009). Na carta,

Lula mostra estar disposto ao diálogo e à negociação com as diferentes camadas da sociedade brasileira, indicando que seu novo modelo de desenvolvimento “será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social” [...], segundo ele, uma aliança suprapartidária. Aponta ter o apoio de líderes populares, intelectuais, artistas, religiosos, de políticos e do empresariado, todos de diferentes matizes ideológicos, mas unidos em torno de sua candidatura (MACHADO, 2013, p. 177).

Segundo Santos (2012), a “Carta aos Brasileiros” retomou a confiança do capital internacional e do empresariado brasileiro, representado pela Federação da Indústria e Comércio do Estado de São Paulo (FIESP), bem como estabeleceu o compromisso do possível governo com as recomendações dos organismos internacionais, mormente o Fundo Monetário Internacional (FMI). Além disso, o conteúdo desta carta expressava a compreensão da direção política do partido, fundamentada na ideia de que a mudança do modelo de sociedade não seria imediata, sendo necessário um conjunto de “reformas” no âmbito da previdência, do trabalho e da educação.

Assim, o processo de transformismo do PT produziu incoerências no interior dos seus próprios governos. Conforme Braga (2016), o transformismo significou também a absorção de antigas lideranças políticas e sindicais no aparelho do Estado e na administração de fundos de pensão, como também o envolvimento numa burocracia sindical, afastando estes segmentos das lutas reais e concretas dos trabalhadores.

Tais modificações se expressaram de diversas maneiras: por meio de uma política de alianças cada vez menos programática, de uma massificação do partido com um inchaço de filiados, de uma descaracterização dos fóruns políticos deliberativos que se tornaram cada vez mais estéreis porque despolitizados e exageradamente profissionalizados, além do mais importante: a mudança progressiva e gradual do projeto político que transitou, em suas origens, de um polêmico “socialismo democrático” para um reformismo sequer social-democrata (BRAZ, 2004, p. 53).

Sader (2009) destaca ainda outras mudanças no interior do PT, tais como: a eliminação do debate sobre imperialismo, a incorporação do discurso de combate à inflação e as alterações na inserção social do partido. Sobre este último aspecto, este autor assinala que uma pesquisa realizada no congresso de 2000, em Pernambuco, mostrou que 70% dos delegados não possuíam qualquer militância de base, mas faziam parte da estrutura organizacional de partidos, sindicatos, assessorias, empresas e governos. O autor afirma:

De força antissistêmica, o PT transformou-se primeiramente em força reformista, de caráter socialdemocrata, e, em seguida, ao longo da campanha eleitoral e no primeiro mandato de Lula, num híbrido de social-liberalismo hegemônico, com uma política externa soberana que o diferencia de qualquer

assimilação com a “terceira via” de Tony Blair e com políticas sociais redistributivas (SADER, 2009, p. 81).

Assim, contrariando a grande expectativa pública, o governo Lula foi marcado pela ausência de grandes mobilizações populares e por uma agenda política que não contemplava estratégias e políticas de participação popular direta. Além disso, o próprio Lula se autonomizou em relação ao partido, afastando-se das suas disputas e lutas internas, fazendo com que no seu governo fosse adotada uma política de alianças e outras medidas, com o objetivo de manutenção da governabilidade (SADER, *op. cit.*). Sobre o afastamento de Lula em relação ao PT, cabe dizer que

Lula distanciou-se ostensivamente do PT. Somente recorreu ao partido, e a setores de esquerda fora dele, no segundo turno, quando viu a reeleição ameaçada. Proclamados os resultados, logo fechou um acordo com o PMDB para dominarem juntos a Câmara dos Deputados e o Senado (OLIVEIRA, 2010, p. 22).

Oliveira (2010) ainda caracteriza o Governo Lula como o período de “‘hegemonia às avessas’ típica da era da globalização” (p. 24, grifos do autor), entendendo esta hegemonia como um tipo de dominação na qual as classes dominadas conduzem um processo de “revolução moral”, sem colocar em risco a dominação e a exploração exercida pela burguesia, isto é, criou-se a ilusão de que as classes dominadas agora dominavam. Este processo de “revolução moral” foi representado a partir da criação do Programa Bolsa Família, que se tornou o principal instrumento de inclusão das classes dominadas na política, despolitizando a pobreza e transformando-a em um problema de gestão. Ao mesmo tempo, o referido processo construiu um consenso em torno do seu projeto político, edificado no interior da luta de classes.

Em uma perspectiva gramsciana, Coutinho (2010) compreende o Governo Lula sob a “hegemonia da pequena política”, no contexto de contrarreforma neoliberal. Esta hegemonia compreende a política limitada às questões parciais e cotidianas do dia a dia. A contrarreforma, por seu turno, é entendida na combinação do “velho” com o “novo”, em que o neoliberalismo se apropria do conceito de reforma, retirando seu significado histórico e o transformando em sinônimo de retirada e regressão no campo dos direitos. Neste período de “hegemonia da pequena política”, esta não é pensada como espaço de luta de classes e disputa de projetos mais amplos de sociedade; pelo contrário, é resumida na disputa eleitoral entre PT *versus* Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Este autor ressalta ainda que todo processo de construção de hegemonia é também construção de consentimento, que pode se dar de modo ativo ou passivo. No caso da “hegemonia da pequena política”, este consentimento é necessariamente passivo, pois não há participação ativa da sociedade civil, partidos ou movimentos, apenas uma aceitação passiva e uma naturalização das condições dadas. Acrescenta:

Infelizmente, a chegada do PT ao governo federal em 2003, longe de contribuir para minar a hegemonia neoliberal, como muitos esperavam, reforçou-a de modo significativo. A adoção pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal [...] desarmou as resistências ao modelo liberal corporativo e assim abriu caminho para uma maior e mais estável consolidação da hegemonia neoliberal entre nós (COUTINHO, 2010, p. 42).

Entre as consequências desse movimento estavam: a continuidade da política econômica centrada na ênfase no ajuste fiscal conduzida pelo representante do capital financeiro internacional, Henrique Meirelles, presidente do Banco Central; adoção de políticas sociais focalizadas e seletivas; e centralidade dada aos programas de transferência de renda, com destaque para o Programa Bolsa Família, resultando numa “difícil e contraditória convivência da hegemonia do capital financeiro” (SADER, 2009, p. 83).

Assistimos em 2003, a uma continuidade dos fundamentos principais que nortearam a economia brasileira na última década. Política cambial volátil, contratação de investimentos

produtivos e altas taxas de juros formam a tríade que os quatro últimos governos brasileiros (incluindo o de Lula) vêm operando. Seus objetivos mais diretos dizem respeito à formação de um ambiente político-econômico favorável ao capital financeiro, concentrando a riqueza nas mãos dos capitalistas rentistas (BRAZ, 2004, p. 53).

Podemos perceber que o governo Lula apresentou elementos de continuidade em relação ao seu antecessor, mas também incorporou elementos novos em sua gestão. Entre estes elementos novos, que diferenciaram sua gestão da gestão de FHC, destacaram-se a ênfase em políticas sociais de transferência de renda e as mudanças na política externa, a partir da articulação com a América Latina e a região sul-americana (SADER, 2009) visando o fortalecimento da soberania nacional. Nesse sentido, o governo Lula apresentou muitas contradições, tanto em suas medidas no plano econômico, como em suas propostas para as políticas sociais, entre as quais, as propostas para a política educacional que sofre os rebatimentos da recomposição do funcionalismo na máquina pública e investimentos no ensino superior.

O Ensino Superior no Governo Lula: Democratização ou Mercantilização?

Segundo Lima (2012), existiam muitas expectativas para que este governo revertesse o processo de mercantilização da educação superior e privatização das universidades públicas, desenvolvido no governo FHC. Contudo, o governo Lula deu continuidade a esse movimento da educação, com a criação de um arcabouço jurídico-normativo que lhe deu legitimidade e sustentação, transformando a educação superior brasileira numa modalidade de “formação de um letrado com aptidões gerais” (p. 14). Assim, a universidade pública foi submetida à lógica mercantil, expressa na sua privatização interna e no produtismo acadêmico, que ainda impera nos grupos de pesquisas e na pós-graduação.

No que se refere à educação, as contradições e as tendências presentes na educação apareceram desde a posse do Ministro da Educação de Lula, Cristóvam Buarque, que tinha aproximação com a concepção do Banco Mundial de expansão da educação superior através do ensino a distância. Já com seu segundo Ministro, Tarso Genro, a postura assumida para a política de educação foi de defesa das parcerias público-privadas. No segundo mandato de Lula, ganhou destaque a articulação governamental ao movimento empresarial e corporativo no campo da educação, organizado sob a ótica da filantropia e da responsabilidade social com o chamado “Compromisso de Todos pela Educação” (LEHER, 2010).

Nos governos do PT, algumas iniciativas ganharam proeminência na educação superior, carregando, ao mesmo tempo, enormes contradições, tais como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). De um lado, estas iniciativas davam continuidade ao maior favorecimento do setor privado da educação e, de outro lado, mesmo timidamente, elas demarcavam uma expansão da educação pública, acompanhada pela marca da precarização. Sobre o PROUNI, Leher (2010) assegura que este cumpre uma das recomendações do mercado para o setor educacional, pois

[...] o Programa Universidade para Todos (ProUni) operacionaliza a recomendação implícita no documento Análise dos gastos sociais, 2001-2002, do Ministério da Fazenda, escrito por Marcos Lisboa e Joaquim Levy, então dirigentes desse ministério e principais operadores da política econômica atribuída a Palloci. No documento, os dirigentes ponderavam que as universidades públicas são muito onerosas e elitistas e que, por isso, melhor seria alocar recursos públicos para adquirir vagas no mercado, visto que as privadas, na avaliação do citado documento, são notoriamente mais eficientes do que as públicas (LEHER, 2010, p. 382).

A crítica a este programa se centra nas isenções fiscais dadas ao empresariado educacional e ao custo de uma bolsa do PROUNI para o Estado, que é muito maior do que o valor das mensalidades das instituições. Desse modo, este programa corresponde à transferência de recursos públicos para a iniciativa privada. Nessa mesma perspectiva, o FIES também foi ampliado por se configurar como um subsídio público (com juros abaixo do mercado) para custeio dos estudos em instituições de ensino superior privadas. O FIES e o PROUNI acabaram se transformando nos principais mecanismos de massificação e mercantilização do ensino superior, em detrimento do fortalecimento da educação superior pública, do governo Lula (LEHER, 2010). Podemos dizer que

[...] em vez de optar por reforçar a universidade pública, gratuita, autônoma e que discuta as reais contradições da realidade, o executivo brasileiro, em consonância com as diretrizes dos organismos internacionais, escolhe apoiar a expansão do mercado de ensino, que, por sua vez, se apresenta como promotor da chamada inclusão social. Para disfarçar o forte apoio dado à iniciativa privada por atender os ditos excluídos da educação, o Estado monta cursos aligeirados, segmentados, tecnológicos e à distância (SANTOS, 2012, p. 90).

O REUNI, por sua vez, foi caracterizado, nas palavras de Leher (2010), pelo processo de expansão e aumento de vagas e matrículas nas universidades federais, através da mudança na relação professor/aluno. Decretou-se um limite de 20% nos gastos com custeio e pessoal, estabelecendo-se uma incompatibilidade entre as metas do programa e as condições efetivas de financiamento, que gerou uma massificação do ensino com consequências sobre o trabalho docente, impondo novas necessidades quanto à infraestrutura adequada e a realização de concursos públicos. Quanto a este último aspecto, este autor enfatiza uma das contradições positivas do programa:

A realização de mais de dez mil concursos docentes é uma das contradições positivas do Reuni. Embora longe de ter recuperado a força de trabalho necessária para o funcionamento universitário das Ifes e, em especial, para cobrir o déficit histórico e as futuras aposentadorias, a entrada de novos professores é, em si mesma, uma variável importante. Muitos mestres e doutores, sem os concursos, acabariam sendo forçados a vender sua força de trabalho nas privadas, interrompendo total ou parcialmente a pesquisa e os estudos. O problema é que na contradição existe negatividade. O hiato entre o número de concursos e o déficit atual e futuro é e será enorme nos próximos anos. É preciso lembrar que mais de 70% dos atuais servidores universitários devem se aposentar nos próximos cinco a dez anos (LEHER, 2010, p. 402).

Nessas mesmas contradições e tendências, a política educacional implementada possibilitou a criação, expansão e interiorização dos institutos federais por todo o Brasil; a criação do Programa Ciências sem Fronteiras (reconfigurado no governo Temer); a criação da lei de cotas para estudantes de baixa renda, oriundos de escolas públicas e aqueles autodeclarados pretos, pardos e indígenas; e a “criação de dezoito novas universidades públicas” (PAULANI, 2016, p. 72).

Entre estas universidades estão: a Universidade Federal da Região do Cariri (UFCA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFESBA), a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), entre outras. Ressaltamos que expandir é um dos primeiros passos para a abertura de possibilidades na educação superior, pois em nossa história nem sempre ela foi tratada como um direito, mas sim um privilégio, bem como a contradição entre o acesso, a mercantilização e a precarização.

Merece destaque também a expansão, em nível nacional, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com os institutos federais. Estes possuem hoje 562 unidades

em todo o Brasil, atingindo 512 municípios. Ainda, do ponto de vista quantitativo, o número de docentes e técnicos administrativos mais que triplicou nas universidades e nos institutos federais a partir desta expansão. Qualitativamente, diversificou-se a oferta de ensino, desde o ensino médio integrado aos cursos técnicos, à formação de jovens e adultos, até os cursos de graduação e de pós-graduação (ARCARY, 2015).

Os institutos são equiparados às universidades federais no que tange à autonomia e à institucionalização das dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão. Esta equiparação gerou várias contradições, como: a retomada de investimentos para o ensino superior da rede federal, a criação de cursos públicos e gratuitos para regiões do interior do país, compondo o projeto de expansão nacional. Igualmente, garantiu o acesso de jovens ao ensino público e possibilitou a um grande número de trabalhadores o ingresso no serviço público federal. Entretanto, esse processo trouxe as marcas da precarização evidenciadas no conjunto de greves nacionais do período de 2011 a 2012.

[...] As condições de trabalho nos novos cursos e nas unidades interiorizadas foram e, em muitas permanecem, mais do que precárias. Sofreram aqueles que prestaram os concursos e descobriram, desolados, que teriam que esperar anos pela abertura de laboratórios e equipamentos indispensáveis para um trabalho sério, e aqueles que já estavam nas unidades mais antigas, quando perceberam que seria impossível preparar aulas com mais de quatro, ou cinco planos de ensino de disciplinas diferentes (ARCARY, 2015, p. 09).

A expansão e a interiorização dessas instituições de ensino enfrentam vários desafios, como a mudança do perfil de estudantes, com destaque para o “estudante-trabalhador”, que enfrenta inúmeras dificuldades para participar das atividades de pesquisa e extensão, ficando, muitas vezes, limitado à dimensão do ensino. Nestas instituições, diferentemente disso, apesar das condições adversas, os estudantes também têm a oportunidade de vivenciar as experiências de organização política, por meio do movimento estudantil.

A chegada dos institutos federais nas regiões interioranas é um dado que requer atenção na análise, considerando as históricas desigualdades regionais no acesso ao ensino superior, muitas vezes concentrado nos grandes centros urbanos (PEREIRA, *et al.*, 2015). Assim, a implantação de institutos federais em regiões do interior demarca a possibilidade de ingresso de estudantes de baixa renda no ensino superior, interferindo nas distâncias sociais estabelecidas no âmbito da educação, ao mesmo tempo em que compreende uma ação reduzida e submetida à lógica do mercado. Este processo de implantação é permeado de contradições, já que o acesso ao ensino superior demanda, conseqüentemente, condições de permanência estudantil, que vão além das condições de infraestrutura das IES, impondo a necessidade de maiores investimentos na política de assistência aos estudantes.

Ainda que tenha ocorrido um favorecimento do setor privado, as iniciativas dos governos petistas nas políticas sociais não podem ser desconsideradas, precisando ser avaliadas pelas contradições e os interesses envolvidos no “projeto de desenvolvimento” que propuseram, delimitando o lugar ocupado pelo projeto de expansão da educação superior nos marcos do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Considerações Finais

Finalizamos ressaltando que no Brasil, historicamente, o acesso à educação pública, em particular o ensino superior público, foi limitado para poucos, na verdade, para as elites, sendo considerado um verdadeiro privilégio. Com as transformações do capitalismo contemporâneo, o capital necessitou de uma ampliação do ensino superior para “capacitar” a força de trabalho para os novos processos tecnológicos exigidos pelos novos padrões de produtividade. Para isso, ele se apropriou da bandeira de luta dos trabalhadores e sob o discurso da “democratização” da educação superior transformou a educação em um negócio altamente lucrativo, retirando a sua concepção de direito, passando a sua concepção de serviço mercantilizável (CHAUÍ, 2001).

Portanto, um país marcado historicamente pela restrição e dificuldade de acesso à educação superior, o fato de o acesso nos últimos anos ter se ampliado é uma questão significativa e que não deve ser desconsiderada, muito menos descartada. Este é um cuidado que devemos ter para não cairmos em críticas unilaterais, carentes de mediações e excludentes das contradições, mas também das garantias que os programas de acesso ao ensino superior moldados nos governos Lula e Dilma possibilitaram, tendo em vista a inserção de jovens das classes populares nesta modalidade de ensino.

Tal reflexão é necessária para construirmos estratégias coletivas de defesa da educação superior pública na cena contemporânea em que se apresentam iniciativas como “Future-se” e “Escola Sem Partido” que ataca diretamente o financiamento público das instituições de ensino superior e o conhecimento crítico, colocando em questão a autonomia universitária.

Referências

ARCARY, V. **Uma Nota sobre os Institutos Federais em Perspectiva Histórica**. 2015. Disponível em: <<http://sinasefepa.org/index.php/comunicacao/noticias/93-ultimas-noticias/1444-valerio-arcary-lanca-artigo-sobre-institutos-federais>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BRAGA, R. O fim do lulismo. In: SINGER, André et al. (Org.) **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

BRAZ, M. O Governo Lula e o Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 78, 2004.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

COUTINHO, C. N. A Hegemonia da pequena política. In: OLIVEIRA, Francisco de et al. (Orgs.). **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

LEHER, R. Educação no Governo de Lula da Silva. In: CORECON; SINDECON (Orgs.). **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

LIMA, K. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do século. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs)/FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

MACHADO, M. P. **O Pacto Neodesenvolvimentista e as Políticas de Expansão da Educação Superior no Brasil de 2003-2013**. 2013. 200f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

MOREIRA, J. I. S.; NOBRE, M. C. Q. Transformismo do PT e contrarreforma da Previdência Social. **Revista Ser Social**, Brasília, v. 18, n. 39, 2016.

OLIVEIRA, F. O. Hegemonia às Avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de et al. (Orgs.). **Hegemonia às Avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PAULANI, L. M. Uma ponte para o abismo. In: SINGER, André et al. (Org.) **Por que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

PEREIRA, E. M.; HOLANDA, D. A. S.; SOARES, R. V.; SILVA, S. E.S. Educação, “Neodesenvolvimentismo” e Serviço Social: os IF’s em questão. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 122, 2015.

SADER, E. **A Nova Toupeira: os caminhos da esquerda latino-americana**. São Paulo: Boitempo, 2009.

SANTOS, D. **Graduação Tecnológica no Brasil: crítica à expansão do ensino superior não universitário.**
Curitiba: CRV, 2012.

Recebido em 14 de agosto de 2020.

Aceito em 17 de março de 2020.